

SESSÃO ORDINARIA DE 27 DE JUNHO DE 2016

ACTA N.º 3/2016
(CONTÉM 37 PÁGINAS)

1
Hde
Secret
A. M.
A. M.

Por convocatória da Presidente da Assembleia Municipal, datada de 15 de junho de 2016, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Mini Auditório, pelas 09.30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Período antes da Ordem do Dia;
3. Aprovação da ata da sessão de 29 de abril de 2016;
4. Regulamento sobre a atribuição de apoios ao nível da habitação a estratos sociais desfavorecidos;
5. Transportes Escolares em Serviço público de Transportes Rodoviários – Ano letivo 2016/2017. Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais;
6. Concurso Público Internacional para Fornecimento de Energia Elétrica. Autorização prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais;
7. Proposta de delimitação de área de reabilitação urbana (ARU) de Sendim;
8. Proposta de delimitação de área de reabilitação urbana (ARU) de Palaçoulo;
9. Relatório de Acompanhamento da Execução do PAF – 1º trimestre de 2016, referente ao Plano de Saneamento Financeiro – PAEL;
10. Consolidação de Contas do ano 2015, entre o Município de Miranda do Douro e a Miranda Cultural e Rural, EM;
11. Dissolução e Liquidação da Empresa Municipal – Miranda Cultural e Rural, E.M.;
12. Aditamento ao Acordo de Execução de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Picote;
13. Relatório Anual de Atividades 2015 da CPCJ;
14. Plano Anual de Atividades 2016 da CPCJ;
15. Associação Nacional de Assembleias;

16. Apreciação da Informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara;-----
Verificou-se a ausência dos membros a seguir: Carlos do Nascimento Ferreira,
Ivete Maria Martins, Alberto Afonso Pires, Maria Virgínia Lopes Preto e Carla
Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, que apresentaram justificação de falta tendo
sido consideradas justificadas os membros Jacinto dos Santos Afonso, Carlos
Eduardo Córdova Pêra e Manuel Guerra Gonçalves não apresentaram
justificação -----

Estiveram presentes na votação os seguintes membros: Jacinta de Jesus
Borrecho Raposo Fernandes, António Augusto Castro Carção, Antero Correia
Besteiros, António Preto Mamede, Hermínia Delgado Fernandes, Ivo Manuel
Raposo Mendes, Sérgio Filipe Miranda João, Valdemar da Assunção Gonçalves,
André Filipe João Pires, José Marcelino Antão, Esmeraldino Adérito Raposo
Fernandes, José Carlos Macedo, Gonçalo José Peres Santos, Ezequiel dos Santos
Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Francisco Cândido Preto, Orlando Seixas
Vaqueiro, José Luís Almendra, Alfredo José Garcia Cameirão e Adérito dos
Santos Martins. -----

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Artur Manuel Rodrigues
Nunes, estiveram presentes os Senhores Vereadores Ilídio Maria Rodrigues,
Anabela Piedade Afonso Torrão e António Nuno Marcos Rodrigues. -----

A Presidente da Mesa, Jacinta Raposo Fernandes, informou que o Sr.
Presidente da Câmara estava um pouco atrasado e solicitou ao membro Ivo
Manuel Raposo Mendes para fazer parte da mesa, por falta do 1º Secretário.
Registando-se quórum, a Presidente da Mesa, Jacinta Raposo Fernandes
declarou aberta a sessão eram nove horas e cinquenta minutos. -----

1. INFORMAÇÕES; -----

A Presidente da Mesa deu conhecimento de duas Moções enviadas pela
CIM para conhecimento da Assembleia Municipal as quais foram enviadas às
diferentes entidades.-----

A primeira Moção é sobre a educação e transmitiu parte da mesma “ É
necessário que se encontre uma forma de os alunos que passam para o ensino
secundário nos Agrupamentos de Escolas pertencentes à CIM-TTM, possam
optar pelos diferentes cursos científico-humanístico. Sabendo que a tendência

para o decréscimo populacional nesta região é para se manter queremos que se encontre uma nova abordagem para a escola. É necessário que o Ministério da Educação assuma que não é possível exigir o mesmo número de alunos numa turma de uma escola de um território de alta densidade ao de uma escola de um território de baixa densidade, sob pena de não permitir que as crianças e jovens portugueses tenham as mesmas oportunidades as quais têm, por força da Constituição da República Portuguesa, que ser asseguradas pelo Estado.-----

A segunda Moção é sobre a falta de especialistas em Endocrinologia no Nordeste Transmontano da qual também transmitiu parte da mesma " Seguindo o padrão nacional de que a diabetes afeta 12% da sua população no distrito de Bragança os doentes que sofrerão dessa patologia ultrapassam as 16.000 pessoas. Assim, tendo em conta que a população envelhecida é numerosa e sendo a diabetes uma das principais causa de morbilidade, o distrito de Bragança apresenta uma grave lacuna na assistência na doença aos seus habitantes".-----

A Presidente da Mesa informou que se algum membro desejar cópia integral das Moções deve solicitá-las.-----

A Presidente da Mesa pediu autorização para inserir mais um ponto que é a **"Atribuição de Insígnias Honoríficas e de Mérito no dia 10 de julho dia da Cidade de Miranda do Douro"**

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade a inserção deste assunto para o ponto nº 16. -----

A Presidente da Mesa perguntou se alguém tinha alguma informação a prestar, não havendo, passou de imediato ao período antes da Ordem do dia. ---

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros:-----

António Carção, vou apenas falar em três casos muito especiais para mim. O primeiro foi a Final do Futebol Distrital em Miranda do Douro. Em primeiro lugar dar os parabéns á equipa vencedora o Grupo Desportivo de Sendim, mas muito mais que os parabéns á equipa vencedora, uma equipa da terra que venceu com mérito, foi importante a Final ter-se realizado em Miranda do Douro, com certeza que a Câmara se empenhou para que se realizasse no

nosso concelho. Agora lamento que tanto mal se falou daquele campo de futebol, de cobras e lagartos, em contrapartida já serviu para dar visibilidade à nossa cidade. É uma estrutura que valoriza a cidade e como tal é uma obra que engrandece o nosso concelho. Provavelmente algo não terá corrido bem mas ninguém é perfeito. Quem não é humilde para reconhecer determinadas situações nunca será grande na visão do mundo.-----

A segunda situação que trago aqui foi o que aconteceu no último fim de semana. Está de parabéns a Câmara Municipal por ter realizado as Jornadas de Língua Mirandesa, por ter honrado o cidadão Mirandês e Sendinês Amadeu Ferreira, e associou-se também a geminação com Bimenes, e aqui está duplamente de parabéns porque é lamentável só passado seis ou sete anos é que alguém se lembrou provavelmente, a Câmara, que Miranda do Douro estava geminada com uma pequenina localidade das Astúrias mas grande nos sentimentos que é de preservar a sua língua e preservar a nossa língua a Língua Minoritária o Mirandês a Língua Asturiana. Sete anos para descobrir isto é muito tempo.-----

E para terminar foi aquilo que vi quando vinha para este Auditório para esta Assembleia Municipal, vi seis autocaravanas ao lado da Muralha. Ironia do destino quando foi a última Assembleia, embora fosse abril também já lá havia três ou quatro. Eu sei que a época de abertura do parque de campismo é no dia 1 de junho e não abril mas é uma lacuna uma obra que é provavelmente a obra mais emblemática de sete anos de governação e não ter aberto a tempo. No Roteiro Turístico está a abertura no dia 1 de junho, sei que foram dados alguns passos, mas já o ano passado abriu nas condições que abriu era o primeiro ano compreendiam-se alguns atrasos este ano esta incompreensão não valoriza o turismo nem valoriza Miranda do Douro,-----

Esmeraldino Fernandes em nome da população de Malhadas venho aqui dar o agradecimento ao executivo por ter realizado o concurso no Mercado de Gado de Malhadas, que é o mercado de todos os mirandeses, que é do Município e não só da freguesia de Malhadas.-----

Agradecer ao executivo porque trabalhou o concurso de uma maneira muito especial, onde tudo correu bem, tanto a nível dos prémios que foram

dados no local aos belos exemplares que ali foram apresentados como a nível do almoço, como depois ao nível das lutas de touros, que foram umas lutas que já há muito não se viam iguais. Por isso tenho agradecer ao executivo e a todas as pessoas presentes no concurso, e aos que não puderam ir não sabem o que perderam. O meu muito obrigado.-----

Valdemar Gonçalves isto hoje está tudo muito bom, está toda a gente a dar os parabéns e eu também queria dar os parabéns. Parabéns pela Festa da Amizade pela Festa do Idoso que mais uma vez foi no Naso. E cada caso é um caso mas seja lá como for o Naso é sempre Naso e a mim toca-me um bocadito. Correu tudo muito bem mas houve um senão, e eu quero apontar esse senão. Houve alguém que tentou fazer uma manifestação cultural de teatro popular mirandês, condições zero, nem um palco o mínimo de condições para ser feito. Eu sei que a culpa não é do Sr. Presidente da Câmara nem do executivo, é da comissão organizadora destes eventos, mas quero deixar este reparo para que nunca mais se repita, e volto atrás dou os parabéns por esta iniciativa e todas as iniciativas que valorizam o intelectual e a cultura desta região.-----

Antero Besteiros como há pouco referiu o Sr. Presidente da Junta de Malhadas, o Sr. Esmeraldino decorreu no dia 24 de junho o concurso de Raça Bovina Mirandesa, como ele referiu e eu comungo com o que ele disse foi um êxito. Pena foi, que embora tenha havido convites para todos os deputados e Presidentes de Junta, nem todos se fizeram representar e como ele disse e bem não sabem o que perderam, mas já estamos habituados nestas circunstâncias a estas coisas, só vai quem quer e gosta e os outros não são obrigados.-----

Mas permita-me que lhe diga uma coisa Sr. Presidente da Junta de Malhadas, Sr. Esmeraldino penso que o local para realização deste evento e outros eventos pecuários devem ser realizados e continuados no mercado de Gado de Malhadas. Mas permita-me o Sr. Presidente da Junta e a Câmara Municipal que aquele local ainda tem falta de uma coisa. O local é aprazível e adequado mas há que alargar o espaço de classificação dos bovinos. Aquele espaço é muito reduzido e se o Sr. Presidente da Junta se verificou quando houve a classificação na secção das vacas em que os animais são em maior quantidade o espaço era muito pequeno para o júri de classificação. O espaço é

muito pequeno, mas o local tem condições para ser alargado. Bastará que a Câmara ou Junta de Freguesia desmonte a rede que tem ao lado e faça o alargamento respectivo. Portanto não há bela sem senão, mas aliás disse-o logo ali no local à Câmara que haverá necessidade de fazer o respectivo alargamento para que o júri de classificação esteja mais á vontade, não leve alguma cornada ou alguma patada de algum animal que esteja a concurso. De resto tudo coreu bem eu quero cumprimentar os senhores criadores/expositores com animais que estiveram a concurso. Os animais não foram muitos mas eram bons na sua apresentação, diminuíram os animais mas aumentaram os expositores. Queria também cumprimentar um em especial, já o fiz em Malhadas mas quero agora aqui fazê-lo também e que fique escriturado é o criador Armandino Lopes de Fonte Ladrão pelo animal soberbo que expôs naquele concurso. Não estamos muito habituados a ver um animal na secção ou classe de touros com aquela imponência, eu cumprimento-o, já o cumprimentei e aqui nesta Assembleia cumprimento-o de novo. -----

----- Também neste mês de Junho assistimos à Ronda das Adegas em Atenor. É um acontecimento que vem a ser realizado já alguns anos mas este ano para mim atingiu o topo o máximo, eu queria cumprimentar a comissão organizadora deste evento a Ronda das Adegas. Eu penso que o presidente da Junta de Freguesia Sendim / Atenor está metido nisto. Pois eu Sr. Presidente da Junta Sr. Prof. Almendra se assim faz parte eu queria-o cumprimentar e queria louvar de facto porque aquele acontecimento da Ronda das Adegas muita gente trouxe nos três dias da sua efectivação. Não só ali se verificou o grande movimento de turistas mas bem assim em Miranda do Douro as residenciais, os hotéis, as pousadas estavam repletos, vale a pena apostar cada vez mais e melhor nesta organização nesta Ronda das Adegas. Parabéns a si e á comissão organizadora, muito obrigada.-----

----- **Professor Almendra** queria falar só por causa da Ronda das Adegas é verdade que a Junta colaborou em tudo mas também temos que realçar o apoio da Câmara Municipal que também apoiou não só monetariamente mas com o seu pessoal e contudo foi um esforço de muita gente mas essencialmente e é

bom que fique aqui registado foi o Moisés que esteve sempre á frente de tudo, não dando a cara muitas vezes, mas é ele que merece todas as honras.

O Vice- Presidente Dr. Ilídio Rodrigues interveio para responder à questão sobre o parque de campismo feita pelo deputado Carção concordo plenamente com ele é tarde demais para abrir o parque de campismo e nisto estamos todos de acordo. O facto é que aquando da execução da obra houve uma lacuna que se prendia com o projecto de segurança contra incêndios. Foi necessário elaborar esse projecto. Foi necessário implementá-lo e foi necessário abrir um concurso para fazer as obras que esse projecto exigia. A seguir foi necessário que houvesse uma vistoria ao parque de campismo em que houve um Relatório dos Técnicos da Autoridade Nacional da Proteção Civil. Ao mesmo tempo, como a câmara não tem recursos humanos para abrir esta infra-estrutura, foi necessário abrir concurso o qual está mesma na fase final aliás já há relatório final de adjudicação está mesmo na fase final e portanto creio eu que no espaço de dez quinze dias teremos condições para abrir o parque de campismo, que creio que agora reúne uma série de requisitos que antes não tinha mas sobretudo agora vai abrir em condições legais. Isto é vai abrir devidamente licenciado o Sr. deputado sabe que esteve todos aqueles anos aberto sem licença para poder estar aberto. Portanto agora quando abrir estará devidamente licenciado com Alvará de Funcionamento.

Em relação à questão do palco na Festa da Amizade por causa do teatro organizado pela Universidade Sénior eu lamento sinceramente fui confrontado naquele dia, àquela hora com a situação. Temos que corrigir, provavelmente por falta de espaço, falta de comunicação, sinceramente não sei responder muito sobre isso. Em relação ao concurso de gado em Malhadas eu fui dos que desde a primeira hora entendi e não é que seja nada contra Miranda, contra Miranda cidade mas acho que por uma questão de segurança e comodidade para as pessoas, segurança e comodidade para os animais eu acho que não há termo de comparação. Miranda não tem infra-estruturas para albergar um concurso de gado. Já não tem para as ovelhas muito menos teria para os bovinos, portanto eu sinceramente concordo que será o local mais bem preparado para a realização do concurso e se tivermos que o melhorar eu estou

de acordo que devemos melhorar porque estamos a trabalhar por uma causa que é de todos e que é o melhoramento das condições de uma raça que nos é muito querida e leva o nome de Miranda muito longe. Em relação à Ronda das Adegas eu disse ao Sr. presidente da junta que o ia dizer e vou dizê-lo mesmo. Provavelmente alguns Presidentes de Junta que estavam num jantar nesse dia estranharam que o Ilídio Rodrigues não estivesse presente, provavelmente porque estavam todos menos eu, mas vou ser muito claro, e estou a dizer isto porque vocês estavam lá e ficaram a pensar mas aquele não se quer juntar a nós, mas o facto é que, a bodas e baptizados só lá vão os convidados e eu lamento não sei o que aconteceu. Eu fui convidado pelo Moisés efectivamente por aquele que tem grande preponderância na organização da Ronda das Adegas, para jantar com os funcionários da Câmara que tinham lá trabalhado na ajuda da organização, durante aquela semana em Atenor. Eu não quero fazer disto nenhum cavalo de batalha mas sinceramente acho que merecia, com todo o devido respeito Sr. presidente da junta de Sendim e Atenor merecia outro tipo de tratamento.-----

3. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 29 DE ABRIL DE 2015; -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros:-----

A Presidente da Mesa interrompeu para informar que mais uma vez a gravação da reunião de 29 de abril não se conseguiu ler e portanto os únicos apontamentos que houve foi os que a D. Lina colheu e os que eu própria colhi por isso nem todas as intervenções foram totalmente apreendidas daí que há falhas com certeza. Peço desculpa pois eu já devia ter prestado esta informação.-----

André Pires Já não é a primeira vez doutora ou o sistema é fraco ou fraco sistema. Já aconteceram situações idênticas ou parecidas nas quais os registos e o contexto não representam as palavras nem a temática que se quer transmitir dos membros dessa Assembleia. Além dos registos serem vagos, os da oposição, em algumas situações a mensagem é deturpada e não representa em nada a transparência que esta Assembleia merece. Para melhorar estes lapsos já se gravaram as assembleias e já me disponibilizei que em qualquer situação me contactassem. Assim sendo e o problema persistindo, peço as

gravações da última assembleia de forma a ver a qualidade das gravações e se os contextos desta são diferentes do que se fala aqui!.....

Voto contra a ata da assembleia anterior de 29/04/2016 pois não me revejo no que está transcrito e as palavras referidas foram bem diferentes. É bom que se tomem providências de forma a que as atas sejam corretas e transparentes, o que só dignificaria este órgão. Deixo esta mensagem como aviso à Sr^a. Exm^a Presidente da Assembleia que se for necessário eu próprio começarei a gravar e a divulgar o que realmente se passa nestas assembleias. Peço que sejam corrigidos os pontos nº 6, 7 e 8 da ata de 29 de abril.....

Dr.^a Jacinta Fernandes aquilo que já tem sido pedido e hoje mais uma vez se pede, quem tem as intervenções por escrito que as entregue à secretária. Eu neste momento não escrevi nada do que disse, porque quis ouvir, se a gravação falhar com certeza que não vai lá estar nenhuma palavra das que você disse porque eu não as vou fixar, até porque a ata é feita pela secretária e corrigida por mim. Corrijo de acordo com os apontamentos que tenho.....

António Mamede as minhas intervenções, mesmo que tenham sido poucas escrevo-as sempre à mão ou no computador e entrego á secretária assim já não há falhas.....

Foi a ata da sessão de 29 de abril colocada a votação, tendo sido aprovado por maioria com a abstenção dos membros, António Carção, Sérgio João e Alfredo Cameirão por não terem estado presentes e com o voto contra de André Pires.....

4. REGULAMENTO SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO NÍVEL DA HABITAÇÃO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS;

Foi presente o Regulamento sobre atribuição de apoios ao nível da habitação a estratos sociais desfavorecidos.....

O Sr. Presidente da Câmara peço desculpa pelo meu atraso por motivos pessoais não pude estar no início dos trabalhos. Sobre este assunto dizer o seguinte nós estamos a intervir á alguns anos nas habitações sociais e estamos a ser requeridos cada vez mais na sua intervenção e sentimos a necessidade de fazer um regulamento específico para que sejam conhecidos os termos das intervenções e como são intervencionadas. Por isso e neste sentido trazemos o

pedido de aprovação deste regulamento. Foi aprovado em reunião de Câmara e desta forma tornamos mais transparente estas acções onde nós intervimos. Neste momento temos muitos pedidos de intervenção e achamos por bem fazer este regulamento.-----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros:-----

António Carção nada contra bem pelo contrário louvar mas depois de ouvir o Sr. Presidente, disse que já houve apoio no passado e agora é para tornar mais transparente o do futuro, estou plenamente de acordo, mas como elemento desta assembleia gostava de saber, aproximadamente, um rastreio, quantas foram apoiadas? Eu acho que o regulamento não é para ficar só no papel, tenho a certeza que a Câmara o irá executar e que é para cumprir. Qual é a previsão futura e quais os montantes que vão ser disponibilizados para esta questão social e real e provavelmente muito útil para algumas pessoas.-----

José Almendra quanto a este ponto eu queria deixar aqui só duas palavra isto é de facto muito importante mas é importante também saber quais as habitações, ou aquilo que a Câmara tem para poder disponibilizar. Ou se vai fazer através de arrendamentos ou como se vai fazer esta questão. Eu chamava atenção para Sendim. Como temos um terreno que pode ser de facto urbanizado para esse efeito. A Câmara já está a fazer obras lá a Junta de Freguesia já cedeu o terreno, seria importante saber se era possível ou não avançar com habitação social. Porque fazer o apoio sem ter habitação ou fazer só pontualmente para resolver um ou outro problema acho que isso não chega. Entretanto gostava de saber, o Carção já pediu as informações, que verbas é que estão disponíveis? Eu acho que assembleia vai aprovar com certeza, toda a gente está de acordo, mas o problema é que nós aprovamos todas estas ações e depois na prática vamos verificar e a Câmara faz como muito bem entende e nós, assembleia, não temos qualquer possibilidade nem capacidade de poder fiscalizar, porque não somos ouvidos nem achados. Nós temos um problema grave em Sendim que eu já chamei aqui atenção para isso. Como a Câmara não resolve o problema ninguém está na disponibilidade de resolver vou resolvê-lo facilmente porque eu não estou interessado em votos nem coisa nenhuma. Vou dar as chaves ao homem e ele que vá para a estação e depois alguém que se

desenrasque. Sejam os tribunais, seja quem for resolva como entender. A estação é um problema que a Câmara tem. Está a fazer em Duas Igrejas, está a fazer em todo o lado mas também tem que apoiar a freguesia de Sendim. Nós não podemos estar agora a dizer Sendim é que vai fazer tudo, mas tudo o quê, nós não temos nem verbas, nem dinheiro, nem condições nem nada. Tudo é muito bonito, muito lindo mas eu como não estou interessado em votos estou interessado em resolver os problemas é muito fácil chego ali dou-lhe as chaves, ele vai pra lá e acabou, e depois até vou como advogado defendê-lo.-----

Presidente da Câmara só dar um esclarecimento sobre esta matéria dizer claramente estes assuntos têm ido à Rede Social, há intervenção a vários níveis, como a Segurança Social por um lado, o Centro de Saúde e os técnicos da Câmara Municipal têm acompanhado todos os processos. Esses processos têm ido à reunião de Câmara são conhecidos e estão referenciados por isso logicamente cada um com a sua confidencialidade em termos de intervenção. São de facto algumas situações bem complexas e temos intervindo de uma forma geral mas o tipo de obras e o tipo de intervenção tem vindo à reunião de Câmara. Por isso nesta matéria nós colocaremos uma verba, para termos também uma verba no próprio orçamento. Para dizer que toda esta informação já existe no âmbito da Rede Social. Alguns processos são confidenciais. Tudo o que seja intervenção pública ou dinheiros públicos tudo passa em reunião de Câmara. Por outro lado responder ao professor Almendra dizer que no artigo terceiro que é o tipo de apoio social á habitação vem tipificado nessas três alíneas o tipo de intervenção e a forma de intervenção. Por outro lado dizer-lhe como sabe, nesse processo que está a falar, os técnicos da Camara já fizeram muitas pressões junto dessa pessoa a vários níveis até de apoio ao rendimento. Mas há pessoas que se negam a qualquer tipo de intervenções e qualquer tipo de apoio. Nós não podemos forçar ninguém, ainda este fim de semana tivemos um caso, as pessoas têm- se negado sucessivamente a ser intervencionados e nós não podemos obrigar ninguém a qualquer tipo de ações. Tudo isto está muito trabalhado são equipas multidisciplinares com várias intervenções, algumas têm sido possíveis, outras não têm sido possíveis. Por isso o que

estamos a fazer claramente é atender todas estas situações e dar resposta a estas situações do nosso concelho.-----

António Carção em relação às palavras do Sr. Presidente eu sou muito pragmático e não gostei nada do que ouvi. Ouvi um discurso muito redondo, fica muito bem, no final nada. Eu acho que nem a Assembleia nem a Câmara quer que sejam mencionados nomes, não nos interessa bem pelo contrário mas gostaríamos de chegar ao fim do ano e ficar uma nota à parte a dizer em questão de habitação e arrendamentos foram intervencionados dez casos no montante de x dinheiro. É isto que nós pretendemos. Agora começar logo numa situação, em que nós estamos aprovar um regulamento, todos totalmente de acordo, é necessário, é urgente e depois dá-nos uma resposta, muito sigilo, há pessoas que aceitam á pessoas que não querem, isto não nos interessa. Eu sou muito prático se calhar até é maçar demais esta Assembleia com estes pontos. Mas é natural em tudo o que é Regulamentos da Câmara Municipal a Câmara informar os vereadores, depois cada vereador informar o seu grupo parlamentar e depois a nós quando recebemos as atas somos informados. Neste regulamento foram intervencionados x pessoas com x montante o nome a nós não nos interessa nós queremos é casos resolvidos, não queremos apontar o dedo a ninguém pelo contrário e gostava de ver isto mais concreto e espero concretamente que depois deste desafio no fim do ano nos sejam dados esses dados, não é agora.-----

Presidente da Câmara é redundante de facto mas se quiser um diálogo cara a cara, pode não ser aqui, mas se quiser pode ser o dia todo a conversar eu terei todo o gosto em dar-lhe toda a informação. Estes assuntos são trabalhados na Rede Social. O Relatório da Rede Social está na internet, querendo é só fazer o download e terá toda essa informação. Se fizer questão de nós trazermos aqui toda essa informação eu direi à Rede Social que a preocupação do professor Carção é de ter o Relatório aqui na Assembleia e só para lhe dizer que são algumas dezenas de páginas. Mas se quiser como assistente também pode ir à Rede Social e discutir os casos, intervir também como solidário para a causa social, com certeza que teremos todo o gosto em o ter presente a apoiar este tipo de causas.-----

Ilídio Rodrigues senhor deputado Carção nas informações que a Câmara presta á Assembleia Municipal seguramente se houver apoios virão aí estabelecidos. Nas informações para Assembleia Municipal, eu não sei se vocês se dão ao cuidado de ler essas informações eu fico com a sensação que muitos não se dão ao cuidado de ler essas informações, que tanto aqui foi dito que devia ser completa neste momento ela está completíssima com toda a radiografia do Município à data em que ela é feita e seguramente nesse relatório virá essa informação se tiver que vir, se for nesse período, ponto final.

Não havendo mais intervenções, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

5. TRANSPORTES ESCOLARES EM SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS - ANO LETIVO 2016/2017. AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;-----

Foi presente o Plano Transportes Escolares em Serviço Público de de Transportes Rodoviários - Ano Letivo 2016/2017. Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais.-----

Não houve inscrições para este assunto.-----

Anabela Torrão como sabem a elaboração e gestão dos transportes escolares é da competência da Câmara Municipal. O que nós fazemos é elaboramos o Plano de Transportes Escolares e submetemo-lo ao Concelho Municipal de Educação onde é discutido e apreciado. Nesse Concelho Municipal de Educação estamos presentes nós Câmara também as entidades pertencentes ao Agrupamento de Escolas, representantes das Juntas de Freguesia e portanto toda a comunidade escolar tem aí assento. Este plano para o próximo ano foi apreciado favoravelmente por unanimidade e há algumas diferenças em relação aos planos anteriores. No próximo ano entendemos nós Câmara adjudicar os transportes escolares na totalidade à empresa Santos. Como sabem havia um circuito que era executado pelo autocarro da Câmara Municipal que era o circuito Barrocal- Miranda do Douro. Colocou-se nos aqui uma questão que era em termos de transporte municipal. Os veículos apenas têm digamos assim um prazo de validade de dezasseis anos, o nosso autocarro completa este ano dezasseis anos e tivemos que tomar outras opções. Ou adquiriríamos uma nova

viatura, tendo nós já uma viatura recente isso implicava um grande investimento e nesta altura há outras prioridades, ou então adjudicávamos este circuito. Entendemos em conversações com a empresa Santos, não foi fácil negociar, entretanto ele aceitou fazer este circuito o que implica colocar um novo autocarro e também obviamente um motorista que vai servir além de transporte escolar é serviço público transporte rodoviário. Permite também que as crianças deste circuito possam sair mais tarde, porque até agora saíam muito cedo, porque esse veículo era utilizado depois nos transportes dos alunos aqui em Miranda do Douro e permite também servir a população desde o Barrocal-Picote-Duas Igrejas. Quem quiser utilizar os transportes obviamente que a partir de agora o pode fazer e enquanto era serviço municipal não podia fazê-lo. Já foi aprovado em Reunião de Câmara vem Assembleia Municipal porque a Assembleia Municipal deve apreciar e aprovar a Assunção de Compromisso Plurianuais uma vez que é para 2016 e 2017.-----

Foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

6. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;-----

Foi presente concurso público internacional para fornecimento de energia elétrica. Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais.-----

Ninguém se inscreveu para intervir neste assunto.-----

Foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria e em minuta com abstenção do deputado André Pires. -----

7. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE SENDIM;-----

Foi presente a proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) de Sendim.-----

Presidente da Câmara para explicar no âmbito da área de reabilitação urbana, como vocês sabem, aprovamos aqui na Assembleia Municipal e em reunião de Câmara a primeira ARU para o concelho de Miranda do Douro que foi circunscrita ao Centro Histórico da cidade. Vimos agora aqui com o pedido

de aprovação da área de reabilitação urbana para duas freguesias. Isto tem a ver com regeneração urbana e com um conjunto de princípios para nós podermos intervir nas diferentes freguesias e ter instrumentos financeiros e fiscais e também a captação de fundos para poder intervir em cada uma das freguesias. Decidimos para já entrar nestas duas freguesias dando depois, nestes passos, possibilidade aos privados de haver intervenção por parte deles ou por parte pública. A nossa preocupação de fundo tem a ver com o estado de deterioração das casas em cada uma das freguesias do nosso concelho. A nossa intenção é começar por Sendim e Palaçoulo e depois passar para Duas Igrejas e São Martinhos pois preocupam-nos pelo seu estado de deterioração. Digo que no passado não era no âmbito do sistema de incentivos da regeneração urbana, estava circunscrito às capitais e sede de concelho nomeadamente Miranda do Douro que usufruí dessa facilidade financeira. Neste momento existe a possibilidade de serem outras áreas não apenas a sede de concelho. A nossa preocupação é todo o concelho, gostaríamos já de intervir em todo o concelho mas não é possível por isso estamos apresentar duas a duas e caso haja disponibilidade financeira para a regeneração urbana interviremos em todas as freguesias.-----

Inscreveram-se para intervir neste assunto os seguintes membros:-----

José Almendra sobre este ponto eu acho que é importante apoiar a reabilitação urbana, no entanto queria fazer primeiro três perguntas e depois queria fazer umas considerações sobre isto. Primeiro que tipo de apoios é que vão ter as pessoas no caso da reabilitação urbana? Segundo vai ser em toda a freguesia Sendim- Atenor- Teixeira ou só em Sendim? Terceiro será em toda a povoação ou só em alguma zona específica? Agora sobre as considerações eu acho estes apoios muito importantes mas regra geral são sempre aproveitados pelos ricos, pelos doutores que estão nas cidades. Porque eles deixam abandonar as suas habitações, deixam abandonar tudo o que era dos pais, não querem saber da sua terra só vêm cá quando há festas a comer e a beber e se for preciso pouco ou nada gastam. Isto tanto dá que as pessoas se zanguem como não mas isto é 90% deles é o que fazem porque vêm cá mas vêm para usufruir daquilo dos que cá estão. Nós é que mantemos o concelho, nós é que

mantemos a aldeia, nós é que mantemos a vila, nós é que mantemos tudo, nós é que mantemos os produtos, nós é que tratamos das terras, nós que cá estamos tratamos de tudo e depois vêm eles a usufruir de tudo armados em doutores e pouco gastam. Eu tenho a experiência de quando estava na cooperativa, só pediam era vinho nunca lhe vi comprar nenhum. Agora na Ronda das Adegas a maior parte vem e é “então pagas um nada” não os vejo pagar nada, regra geral 90% do que se gasta aqui e em tudo é o povo. Mesmo na Ronda das Adegas são as pessoas das aldeias que lá vão com os amigos e presidentes de junta e mais uns amigos que vão daqui e dali que dão movimento ao restaurante. Somos sempre nós porque eles chegam lá, eu tenho a experiência de meia dúzia deles que estavam comigo “então não dás aí uns peixinhos, “ não dás aí o presunto” e não os vejo sequer a ir comer um almoço, e se vão é porque ainda são os de cá os amigos que os convidam. No caso destes apoios é a mesma coisa. Espero de verdade que sejam para a reabilitação das casas de quem precisa, de quem não tem possibilidades de facto de as recuperar e que está cá. Esses que têm possibilidades devia era obrigar-se a recuperá-las, senão tirá-las para as dar de facto na acção social a quem as precisa. É isto que é importante e é isso que se devia começar a fazer porque as políticas a nível nacional e a nível do concelho têm que ser alteradas em todos os campos. Os partidos começam a ter que levar uma lição em todos os sentidos porque ainda se preocupam mais com os votos do que com a acção social. Quanto agora gostava de saber de facto como é? Eu recuperei ali em Atenor várias casas á minha conta e não tinha necessidade nenhuma e vejo outras pessoas que recuperaram mas é com bons subsídios, recuperaram-nas porque vieram é ainda a sacar alguma coisa e a usufruir daquilo que a Câmara faz e daquilo que a Câmara lhe propõe e lhe faz. Espero agora quando for a reabilitação que tenham em atenção as pessoas que de facto precisam.-----

Presidente da Câmara de uma forma rápida apenas dizer duas ou três considerações. Primeiro nós avançamos para a primeira ARU que foi o Centro Histórico de Miranda do Douro e que foi o antigo GTL que fez o Plano de Pormenor. No Plano de Pormenor há uma tipificação ao nível da intervenção, o próprio sistema de construção, as regras estava tudo tipificado no Plano de

Pormenor. Foi pena que o GTL que foi contratado para fazer os Planos de Pormenor de todas as freguesias não o tivesse feito porque se o tivesse feito estaríamos já a falar de outro tipo de intervenções. Neste momento a nossa decisão foi, uma vez, que existe abertura para área de reabilitação urbana fora da sede de concelho existe a possibilidade de nós tipificarmos o tipo de intervenção. Nós temos muitas casas degradadas, aquilo que neste momento temos a possibilidade é de notificar os proprietários para poder fazer obras e dar-lhe principalmente benefícios fiscais. Nós não temos forma para já, a não ser que o Governo crie instrumentos privados de intervenção e aí sim as pessoas poderem ir beber dinheiro a esse fundo. Neste momento o que nós sabemos é que vamos ter um instrumento capaz de notificar e obrigar as pessoas a fazer obras. As únicas vantagens que existem neste momento são vantagens fiscais. Dizer também que toda a área de Sendim está neste momento dentro da área de reabilitação urbana não está nem Atenor nem Teixeira. Outra questão tem a ver com a limpeza e a manutenção dos espaços, casas, derrubadas, escombros, silvas, estamos também a preparar um regulamento para poder obrigar as pessoas a intervir e a limpar estes espaços. É esta combinação dessa preocupação nestas matérias que nos leva a estarmos, neste momento, a preparar um conjunto de documentação para a ARU e limpeza dos espaços privados.-----

António Carção já no anterior executivo veio aqui à Assembleia e foi aprovado um plano para as reconstruções estarem isentas de licença mas nunca foi aplicado com ninguém. Em Miranda do Douro à cerca de oito ou nove meses foi aprovado este plano já alguém veio pedir, usufruir disto. Não havendo legislação não se pode obrigar a nada. Eu acho que talvez se pudesse levar esta situação à CIM. Toda a gente sabe que há dinheiros comunitários para a regeneração urbana das grandes cidades. Os benefícios fiscais são óptimos mas são poucos. O ideal seria uma parte dos fundos da CIM poderem ser afetos à regeneração urbana.-----

Presidente da Câmara são vários assuntos para lhe responder. Em primeiro lugar tem a ver com o RGEU. O Regime de edificação foi todo alterado com exigências muito concretas, o Regulamento de Taxas e

Licenças, também aqui aprovado, foi alterado em função da nova lei. Criamos dois instrumentos, o Balcão do Empreendedor que foi obrigado e o Balcão Único também obrigado. Todas estas alterações legislativas obrigaram a procedimentos muito concretos em matéria de edificação, urbanização, simplificação de alguns processos. Tudo foi alterado. Não é possível fazer isenções hoje na edificação, O Regulamento de Taxas e Licenças diz claramente qual é o problema que existe. Existe um instrumento hoje que dentro deste instrumento permite criar condições específicas de intervenção. A primeira intervenção foi feita no Centro Histórico porque já existia Plano de Pormenor. As intervenções são muito concretas. Não temos intervenções ao nível de projectos, ao nível de licenciamento e tem havido muito poucas. Outra coisa é as grandes intervenções dentro dos núcleos que é o que está acontecer hoje aqui. Aprovar esta proposta que vai depois para discussão pública, publicação para depois ser implementada.

Colocado à votação foi este ponto aprovado por unanimidade e em minuta.

8. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE PALAÇOULO;

Foi presente a proposta de Delimitação de área de reabilitação Urbana (ARU) de Palaçoulo.

Ninguém se inscreveu para intervir neste assunto.

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e em minuta.

9. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PAF - 1º TRIMESTRE DE 2016, REFERENTE AO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO - PAEL.

Foi presente o Relatório de Acompanhamento da Execução do PAF - 1º Trimestre de 2016, referente ao Plano de Saneamento Pael.

Ninguém se inscreveu para intervir neste ponto.

O Orgão executivo tomou conhecimento e concordou com o mesmo com a abstenção dos deputados André Pires e José Almendra.

10. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2015, ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO E A MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.;

Foi presente a Consolidação de Contas do ano de 2015, entre o Município de Miranda do Douro e a Cultural e Rural E.M. -----

Ninguém se inscreveu para intervir neste assunto. -----

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por maioria com as abstenções do deputado André Pires e da deputada Hermínia Fernandes Delgado.-----

11. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL - MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.; -----

Relativamente ao assunto em epígrafe foi dada a palavra à Vereadora Anabela Torrão que apresentou a informação e proposta do Vice-presidente da Câmara Municipal, submetida a esta Assembleia pela Câmara Municipal, do seguinte teor: -----

“Por deliberação da Câmara Municipal de Miranda do Douro, tomada na sua reunião ordinária de dezanove de Fevereiro de dois mil e dezasseis, foi deliberado por unanimidade, aprovar o Projeto de Plano de Internalização da Sociedade Miranda Cultural e Rural, E.M., a transmissão global nele sintetizado e o Plano de Internalização anexo à mesma ata. Mais foi deliberado submeter o assunto à Assembleia Municipal;-----

Na sequência, em sessão ordinária deste órgão de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, foi deliberado aprovar o Plano de Dissolução e internalização da Empresa Miranda Cultural e Rural, com transmissão global nos termos nele descritos; -----

Cujo Plano de internalização ficou anexo à mesma ata e donde consta, entre outros aspetos, o da sua dissolução e liquidação, prazo da liquidação, a internalização das atividades da Miranda Cultural e Rural, E.M. e da cedência dos trabalhadores constantes do Anexo II, com transmissão global do ativo e passivo, tendo todo este Projeto sido aprovado. -----

As referidas atas da Câmara Municipal de Miranda do Douro e da Assembleia Municipal, reportam- se à aprovação por estes órgãos do Projeto de Plano de Internalização da Sociedade Miranda Cultural e Rural, E.M.. -----

Face à aprovação do Projeto importa agora que os mesmos órgãos executivo e deliberativo, com competência para o efeito nos termos da Lei

50/2012, de 31 de Agosto, deliberem em definitivo sobre a dissolução e liquidação da Empresa, prazo da liquidação, a internalização das atividades da Miranda Cultural e Rural, E.M. e da cedência dos trabalhadores constantes do Anexo II, com transmissão global do ativo e passivo, de acordo com o plano previamente aprovado e que regerá a dissolução e liquidação da Empresa, o que se propõe com a presente informação/proposta, de acordo com o já acima exposto e os seguintes considerandos: -----

- As empresas municipais são obrigatoriamente objeto de dissolução, sempre que se verifique uma das situações previstas nas alíneas a),b),c) e d) do nº 1 do artigo 62, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto; -----
- A dissolução da Miranda Cultural e Rural, E.M., tem por fundamento o estabelecido na al. d), do nº 1 do referido artigo 62º, que prescreve o seguinte: - " Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo ". -----
- Sendo assim obrigatório dissolve - la, de acordo com o estabelecido na referida disposição e diploma legal, por se enquadrar a situação da Empresa Miranda Cultural e Rural E.M. na previsão da referida al. d), e fazer - se a transmissão global de todo o património - ativos e passivos - para o Município de Miranda do Douro, que dispõe da totalidade do capital social, nos termos definidos no Plano de Liquidação anexo. -----
- Para liquidação propõe - se o prazo de dois anos, após o registo da dissolução, nos termos do disposto no nº 2, do artigo 150º., do Código das Sociedades Comerciais; -----
- Sendo dissolvida e entrando em liquidação, serão nomeados os responsáveis liquidatários pela Assembleia Geral da Miranda Cultural e Rural, E. M., pelo prazo de dois anos, cujos cargos podem ser remunerados. -----

Face a todo o exposto propõe - se ao abrigo do disposto nos artigos 70º, 61, 62 e seguintes da Lei 50/2012, e demais disposições e diplomas legais aplicáveis: -----

Seja aprovada em definitivo com deliberações favoráveis, caso esses órgãos assim o entendam, a dissolução, nos termos da al d), nº 1 do artigo 62,

da Lei 50/2012, de 31 de Agosto e liquidação da Empresa Miranda Cultural e Rural E.M., com o prazo de 2 anos para a liquidação; -----

Seja aprovada a internalização das atividades da Miranda Cultural e Rural, E.M. e da cedência dos trabalhadores constantes do Anexo II ao Plano, com transmissão global do ativo e passivo, nos termos constantes do citado plano previamente aprovado e que regerá a dissolução e liquidação da Empresa devendo ficar anexo às deliberações como delas fazendo parte integrante. -----

Após aprovação pela Câmara Municipal deve este órgão remeter o assunto à Assembleia Municipal por ser o órgão competente para deliberar e aprovar a dissolução da Empresa local Miranda Cultural e Rural E.M.. -----

Sejam remetidas as deliberações aos órgãos da Empresa para devidos e convenientes efeitos legais, designadamente, para nomeação dos responsáveis liquidatários, podendo determinar sobre a remuneração. -----

Seja o presente assunto objeto de aprovação em minuta. -----

É esta a minha informação e proposta que fica à consideração da Exma. Câmara Municipal e Digm^a. Assembleia Municipal". -----

Abertas as inscrições para intervir neste assunto, inscreveu-se apenas o deputado municipal, António Carção que referiu que, quanto à parte burocrática não tem nada a dizer, mas há uma série de dúvidas que se lhe colocam, porque não esclarece ninguém, apenas obedece a formalidades. Colocou uma serie de questões, nomeadamente, quanto tempo isto vai demorar, o que vai acontecer com o Matadouro, com os funcionários. -----

A Presidente da Mesa interrompeu para dizer que este assunto já foi discutido em anteriores reuniões e que neste momento o que está em causa são apenas os procedimentos a seguir. -----

A Vereadora Anabela terminou dizendo que é necessário internalizar para continuar a funcionar. -----

Colocado a votação este assunto e nos termos dos artigos 70º, 61º, 62º e seguintes da Lei 50/2012 e demais disposições e diplomas legais aplicáveis e de acordo com a informação e proposta apresentadas, o órgão deliberativo deliberou por maioria, com três abstenções dos membros, Hermínia Fernandes, António Mamede e Sérgio João, e em minuta, aprovar em definitivo a

dissolução, nos termos da alínea d), nº 1 do art.º 62, da lei 50/2012 de 31 de agosto, e liquidação da empresa Miranda Cultural e Rural, E.M., com o prazo de dois anos para a liquidação bem como aprovar a internalização das atividades da Miranda Cultural e Rural, E.M. e cedência dos trabalhadores constantes do anexo II ao Plano, com transmissão global do ativo e passivo, nos termos constantes do citado plano previamente aprovado e que regerá a dissolução e liquidação da empresa, devendo ficar anexo às deliberações como delas fazendo parte integrante. -----

Sejam remetidas as deliberações aos órgãos da Empresa para devidos e convenientes efeitos legais, designadamente, para nomeação dos responsáveis liquidatários, podendo determinar sobre a remuneração -----

12. ADITAMENTO AO ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE PICOTE;-----

Foi presente o Aditamento ao acordo de execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Picote.-----

Ilídio Rodrigues o que nós aqui trazemos é precisamente isso o Aditamento ao acordo de execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Picote, porque do mesmo modo como foi feito com Sendim em relação a Atenor e Teixeira, e com Miranda em relação às anexas, por lapso nosso não nos lembramos do Barrocal. Como sabeis a Câmara Municipal tem responsabilidades da limpeza urbana e dos jardins, com o protocolo assinado há muitos anos, no Barrocal. Obviamente senão retirássemos o Barrocal deste acordo de execução de delegações de competências os cinco mil e quinhentos euros que recebe Picote não dava para tratar o Barrocal porque precisa de um funcionário permanentemente e era quase impossível, isto é uma questão de equidade e justiça. -----

Ninguém se inscreveu para intervir neste assunto.-----

O Orgão executivo aprovou por unanimidade e em minuta este assunto. -----

13. RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2015 DA CPCJ;-----

Foi presente o Relatório Anual de Atividades da CPCJ.-----
Inscreveram -se para intervir neste ponto os seguintes membros:-----

António Mamede quero exaltar, neste ponto e neste contexto, o papel

fundamental que a **Escola**, seus agentes, em articulação com a CPCJ, tem desenvolvido nestes tempos e neste espaço (MDD) de algumas dificuldades. Digo isto sem “narcisismo” mas com alguma imodéstia. Reparem que todos os problemas e alegrias das crianças, jovens (adolescentes) e suas famílias vão confluír e são vivenciados na escola. A **Escola** sempre deu e continuará a dar, a mão, a educação e até o “pão” a crianças e jovens do nosso país e do nosso município. A Escola sempre pautou a sua ação em prol da promoção, da proteção, do bem-estar e da cidadania das crianças, jovens (adolescentes) e suas famílias do nosso município. Muitos dos agentes da Escola (como professores e funcionários) tem exercido o papel da Segurança Social/Assistentes Sociais; da Forças Policiais e até de pais e mães destas crianças e jovens; muitos de nós até já fomos tutores e voltaremos a sê-lo, fala-se nisso.... Embora nunca os substituindo nem se imiscuindo. Quero, enfim, e por último manifestar o meu preço pela “boa parceria” e bom entendimento que tem coexistido entre a CPCJ (Município, Juntas de freguesia, Serviços da Segurança Social, Forças Policiais) e a **Escola**. A todos o meu obrigado, por defenderem esta causa, porque o melhor do mundo e do nosso município são as crianças e jovens.

O órgão executivo tomou conhecimento do Relatório.

14. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2016 DA CPCJ;

Foi presente o Plano de Atividades 2016 da CPCJ.

Ninguém se inscreveu para intervir neste assunto.

O órgão executivo aprovou por unanimidade o Plano de Atividades para o ano de 2016.

15. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS;

A **Presidente da Mesa** informou que algumas Assembleias Municipais decidiram formar uma Associação de Assembleias Municipais e para a qual foi a Assembleia Municipal de Miranda do Douro convidada a integrar essa Associação. Apresentou a proposta de Adesão, enviado pelo Dr. José Mário Leite, que diz o seguinte:

“ Tendo sido convidada a integrar a Associação Nacional de Municípios criada recentemente venho propor á Assembleia Municipal que esta Adesão

que, podendo ser a título pessoal e individual, de acordo com os atuais estatutos, se faça na qualidade de Presidente da Assembleia, para garantir que possíveis futuras alterações aos atuais estatutos mantenham a qualidade de associado fundador a todos os Presidentes da Assembleia Municipal de Miranda do Douro com todos os direitos que tal condição vier a consagrar".-----

Inscreveram-se para intervir neste assunto os seguintes membros:-----

António Carção eu quero perguntar à Sr.^a Presidente o que é que a Senhora pensa? Pois será a pessoa mais indicada para nos dar o sentido de voto.-----

A Presidente da Mesa tem havido algumas reuniões de Presidentes de Assembleias do distrito no sentido de criar esta associação para que houvesse cada vez mais força relativamente aos direitos que podemos ter. Eu concordei na Adesão achei que era importante para todos os presidentes podermos discutir entre nós algumas situações e clarificar outras que para nós são omissas. A partilha de informação ajuda-nos a valorizar-nos mais e a ter cada vez mais conhecimentos para podermos apoiar e decidir nas nossas Assembleias Municipais. Esta associação está a ser criada a nível nacional.-----

José Almendra eu tenho um reparo a fazer vou votar contra. As associações é sempre para criar mais conflitos, mais complicações. Eu lembra-me aquela história que havia nos livros antigos da escola "A panela de barro e a panela de ferro" e quando se juntavam a panela de barro acabava sempre por partir. Nós temos Associação Nacional de Freguesias, temos Associação Nacional de Municípios eu não aderi á de freguesias e fiz muito bem porque ia a ser prejudicado se pertencesse. Isto é tudo muito bonito mas quem manda é quem tem o poder e nós vemos na CIM e em todos os lados. Se fosse uma associação de todos os presidentes em plano de igualdade discutirem os problema, muito bem, agora quando se alarga as Assembleias Municipais umas tem mais força que outras, os partidos influenciam e movimentam depois as pessoas para tomar conta dos cargos. Fazem o que querem e lhe apetece. No caso da União de Freguesias fizeram um acordo no caso das que tinham os correios e agora Sendim acabava por receber duzentos euros e nós temos um contrato de quinhentos euros. Porquê? Porque a Associação Nacional de Freguesias que se

devia dar uma verba de duzentos euros o resto era consoante a receita que cada um fazia. Eu acho que não tem interesse nenhum a assembleia associar-se e acho que quantas mais associações há deste género pior.-----

A Presidente da Mesa senhor deputado está no seu direito é por isso que estes assuntos são discutidos e são ou não aprovados. Relativamente à minha pessoa eu aderi com consciência e também já aprendi algumas coisas nestas reuniões em que estive, e aquilo que o senhor deputado disse que tinha sido prejudicado eu também tenho sido muito porque desde que estou aqui, á uma data de anos, nunca usufrui fosse do que fosse, porque não pedi, se tivesse pedido se calhar até tinha. Não tenho telefone como alguns têm, não tenho carro para me deslocar quando vou às reuniões desloco-me no meu, nunca meti ajudas de custo, etc. etc.. Portanto ao aderir não foi para ter mais benefícios nem mais direitos. Aderi porque entendi que poderia ser uma forma de partilha de informação de fazer algo melhor em prol das Assembleias Municipais.-----

António Carção eu pelo contrário congratulo-me com esta associação que não é associação da Dr.^a Jacinta, não é associação do presidente da Assembleia Municipal de Miranda do Douro, é de todas as Assembleias Municipais. Se queremos louvar, valorizar aquilo que toda a gente diz o órgão mais importante do poder local são as Assembleias Municipais, é assim que está escrito, esta será uma associação que só poderá valorizar não só os cargos em si como essencialmente o poder local. O Presidente da Assembleia é uma pessoa de muita dignidade aliás quando são escolhidos não é por mero acaso. São pessoas muito distintas. Independentemente do reconhecimento que posa vir a ter esta associação é aquilo em que pode contribuir, este é que é a parte mais importante, para o reforço do poder local, para o reforço as autonomias e porque não para fiscalizar alguns executivos prepotentes, sem qualquer indiferença.-----

A Presidente da Mesa muito obrigada senhor deputado ajudou-me a clarificar a situação porque eu de facto não clarifiquei tanto, mas é exactamente um reforço para o melhor funcionamento de todas as Assembleias Municipais.-----

Orlando Vaqueiro relativamente a esta associação, uma questão breve, também penso um bocado ali como o professor Carção e ao contrário do meu amigo Almendra não estando dentro das coisas não podemos dar a nossa opinião e marcar aquilo que são a defesa dos nossos interesses. O espírito da associação é positivo os estatutos ou projecto de estatutos também, é isso que diz, aliás os objectivos são imitar pareceres, estudos enfim esclarecimentos sobre questões novas que vão saindo e parece-me mais uma associação com fins didácticos que propriamente até executivos. Além de mais de acordo com aquilo que eu li qualquer deputado municipal pode fazer parte desta associação enquanto tenha a qualidade de deputado. Eu penso só nesta primeira fase de arranque da associação é que serão convidados os presidentes das assembleias, o que me parece correto, pois são quem representam todos os deputados. Eu acho que é uma ideia positiva.-----

O Órgão executivo aprovou por maioria este ponto com o voto contra do deputado José Almendra.-----

16. ATRIBUIÇÃO DE INSIGNIAS HONORIFICAS E DE MÉRITO NO DIA 10 DE JULHO DIA DA CIDADE DE MIRANDA DO DOURO;-----

Foi presente a informação Atribuição de Insígnias Honoríficas de Mérito no dia 10 de Julho Dia da Cidade de Miranda do Douro, da Chefe de Gabinete do seguinte teor:-----

“Com a aproximação das celebrações do dia da cidade de Miranda do Douro, 10 de julho, venho sugerir a V. Exa, na qualidade de Presidente deste órgão, a aceitação pela Exma. Câmara Municipal, proposta das distinções honoríficas a algumas personalidades ou instituições do município e com os fundamentos que a seguir se indicam:-----

- O Regulamento Municipal de Insígnias Honoríficas da Câmara Municipal de Miranda do Douro, prevê, a possibilidade de atribuição de Medalhas de Honra do Município e de Medalhas Municipais de Mérito, destinadas, respetivamente a: - “ distinguir personalidades, instituições ..., que, ... pelo seu prestígio, cargo ou ação para a comunidade local, sejam consideradas dignas de dessa distinção “ ; “ E a distinguir pessoas individuais ou coletivas, que, pelo seu contributo no

campo social, económico, cultural, desportivo e outros de notável importância, justifiquem o reconhecimento do seu mérito (art.º 1º e 2º);-----

- Assim, e tal como resulta dos objetivos definidos no Preâmbulo do Regulamento " ... O desenvolvimento de uma comunidade passa também pelo desenvolvimento do indivíduo enquanto ser humano ... sendo altura de o Município fazer alguma coisa para " acordar " valores adormecidos e reafirmá-los, sensibilizando e encorajando todos os Municípes e em especial os Jovens a desenvolver esses valores. Numa comunidade como é a de Miranda do Douro, a valorização das condutas torna - se fundamental na formação das personalidades e em especial nas idades mais jovens... Por isso, os Valores Mirandeses, devem ser avocados, como forma de preservar a Identidade Mirandesa, e deverão constituir - se como vetores de comportamento a seguir ... " ;-----

- Com os objetivos assim definidos, pretende - se valorizar e agraciar o trabalho e o contributo de personalidades individuais ou coletivas, que mereçam tal reconhecimento e também para que sirva de inspiração às novas gerações;-----

- Assim, no âmbito das comemorações do dia da Cidade, 10 de julho, e em cerimónia solene a realizar, nos termos do disposto nos supra citados artigos e ainda do artigo 6º. -----

- Pelos motivos expostos, considera-se que , a Câmara Municipal distinga de forma pública e solene as algumas personalidades/instituições deliberando, com a fundamentação da presente proposta, caso assim também o entenda, a atribuição das mencionadas medalhas de honra e mérito municipal.-----

- Após deliberação, caso seja favorável, o assunto deve ser remetido à Digníssima Assembleia Municipal, também para deliberação fundamentada, caso haja concordância com a proposta, nos termos do disposto no artigo 4º do Regulamento que dispõe o seguinte: - nº 1 - As medalhas de Honra e de Mérito são atribuídas por deliberação da Assembleia Municipal, aprovada por maioria absoluta dos seus membros em efetividade de funções, sob proposta da Câmara Municipal; Nº 2 - Em qualquer dos casos tanto a proposta como a deliberação devem ser devidamente fundamentadas.-----

Informação/Proposta

Após reunião de Câmara, de 23 de junho de 2016 foi deliberado por unanimidade propor à Digníssima Assembleia Municipal à atribuição das seguintes Insígnias Honoríficas e de Mérito, a atribuir no dia 10 de julho, dia da cidade de Miranda do Douro;-----

- Medalha de Honra – Banda Filarmónica de Miranda do Douro -----

Historial-----

A Associação Filarmónica Mirandesa é uma instituição cultural, sedeadada na cidade de Miranda do douro; conheceu ao longo da sua vida, centenária, períodos de assinalável brilhantismo, mas viveu também situações de preocupantes dificuldades. Considerada ao tempo da sua criação, uma instituição rica e de “luxo” a Associação Filarmónica Mirandesa atua preferencialmente em festividades que dispõem de orçamento querendo isto significar que se trata de festas com apreciável grandiosidade, também serve maioritariamente a comunidade urbana deste concelho com animações de rua e concertos.-----

Recentemente encontra-se em funcionamento uma escola de música na sua sede que é frequentada por jovens do concelho com objetivos de implementar o gosto pela música, possibilidade de tocar um instrumento musical e ocupação dos tempos livres.-----

Tendo-se associado à F.T.D.B.F., tem participado em numerosas festas e atividades afins, correspondendo a solicitações das mais diversas entidades.----

O seu prestígio ultrapassa fronteiras, destacando-se concertos em Zamora, Burgos e Astúrias.-----

Constituída na sua maioria por gente jovem e Associação Filarmónica Mirandesa é, pois, uma referência cultural das Terras de Miranda.-----

- Medalha de Honra – Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro-----

Historial-----

A Fundação da Misericórdia teve como fundadora D. Leonor, esposa do rei D. João II, tendo como inspirador e executor dos seus desejos o trinitário Frei Miguel de Contreiras. O seu filho, D. Manuel I, veio dar-lhe grande proteção e

privilégios, que foram perpetuados através do Compromisso escrito, que data de 1516, que lhe outorgou. -----

Mais tarde, Filipe II aprovou, em 1618, uma reforma do Compromisso, o qual se manteve em vigor até ao século XIX.-----

Há mais de 450 anos a apoiar quem mais precisa, a Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro foi fundada em 1556. A Santa Casa apoia, atualmente, cerca de 300 utentes. Esta Santa Casa é um centro de assistência, de cultura, de religiosidade, de caridade, estando sempre ao lado de quem precisa.-----

Ao longo da história sempre desenvolveu um trabalho em prol dos necessitados, dos peregrinos e, até, dos prisioneiros. -----

Medalha de Mérito - Luís Vaz das Neves -----

Dr. Luís Vaz das Neves - Juiz Desembargador Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, nasceu a 3 de Março de 1948, em Malhadas, Miranda do Douro. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, no ano de 1978, é Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa. De 1983 a 1985 exerceu funções de Juiz de Direito na comarca de Montemor o Novo, onde foi classificado de BOM. De 1985 a 1988 exerceu funções na 4ª Vara Criminal de Lisboa, la Secção, Tribunal da Boa Hora, onde foi classificado de BOM COM DISTINÇÃO. Neste período coube lhe desempenhar as funções de Juiz Presidente no denominado "Processo das FP's 25 de Abril" (Processos n° 779/85, 569/85 e 23A/85). Por despacho de 17 de Setembro de 1991, de Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros, publicado no Diário da República, II Série, de 26 de Setembro de 1991, e obtida a anuência do Conselho Superior da Magistratura, foi nomeado Conselheiro Jurídico na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, missão que desempenhou desde 1 de Outubro de 1991 até 31 de Janeiro de 1994, onde entre outras funções foi Responsável pelo acompanhamento dos trabalhos da 6ª Comissão (Legal Commission Comissão Jurídica da Assembleia Geral das Nações Unidas, durante os anos de 1991, 1992 e 1993; Representante de Portugal na Comissão de Direito Internacional (International Law Commission ILC); Representante de Portugal na Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) UN Commission on International Trade

Law; Representante de Portugal no Comité Especial da Carta das Nações Unidas e do Fortalecimento da Organização (Special Committee on the Charter of the UN and on the Strengthening of the Role of the Organisation); Representante de Portugal no Comité dos Direitos Humanos (Human Rights Committee), em Nova Iorque e em Genebra; Representante de Portugal na Comissão Preparatória sobre o Direito do Mar (PREPCOM), em Nova Iorque e em Kingston (Jamaica); Convenção sobre o Direito do Mar, assinada em Montego Bay, 1982; Representante de Portugal na Conferência das Nações Unidas sobre "Straddling Fish Stocks and Highly Migratory Fish Stocks" (Nova Iorque e Montreal); Representante de Portugal na Comissão sobre a Prevenção e a Justiça Criminal (Commission on Crime Prevention and Criminal Justice) (Versalhes e Viena); Representante de Portugal no Comité sobre a Eliminação da Discriminação das Mulheres (Committee on the Elimination of Discrimination Against Women (CEDAW)), Nova Iorque e Cairo, Egipto. Por despacho conjunto do Primeiro Ministro e do Ministro da Justiça, de 31 de Janeiro de 1994, publicado no Diário da República, II Série, de 11 de Fevereiro de 1994, foi nomeado Secretário Geral do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro do mesmo ano, cargo que desempenhou até 25 de Julho de 2000. No exercício deste cargo couberam-lhe funções de apoio aos membros do Governo do Ministério da Justiça, funções de representação e funções de gestão de pessoal, financeira e patrimonial.

Ao fim de 11 anos, o carismático desembargador Luís Vaz das Neves vai abandonar a presidência do Tribunal da Relação de Lisboa, sendo sucedido por Orlando Nascimento. Este ilustre mirandês, em 2005 foi eleito pela primeira vez presidente da Relação de Lisboa, cargo que desempenhou até ao momento, tornando-se no juiz que mais tempo esteve à frente da Relação. Durante o seu mandato, destacou-se pela transparência, dando muitas vezes a cara no anúncio das decisões, como aconteceu com o acórdão do processo Casa Pia.

Medalha de Mérito – Leonel Eduardo Barril Vieira

Leonel Eduardo Barril Vieira, nasceu em 19 de junho de 1969, em Miranda do Douro, frequentou a Cooperativa de Ensino Polivalente Artístico Árvore II, CRL, uma escola de arte no Porto, e terminou o Curso de Cinema da Escola Superior

de Artes y Espectáculos Tai, em Madrid. Foi estagiário numa média-metragem underground, Sueño de Fortuna. Em 1992 regressou a Portugal, começando a desenvolver o projeto A Sombra dos Abutres, estreado em 1997, rodado em Trás-os-Montes. Pelo meio aceitava o convite da SIC, para dirigir Zona J, estreado em 1998, sobre a situação social do bairro de Chelas, em Lisboa. Para a televisão assinou Ballet Rose, em 1998, uma série sobre o escândalo de pedofilia ocorrido na década de 1960, que abalou o Salazarismo, e o telefilme Mustang, em 2000. Seguiram-se A Bomba, em 2001, A Selva, em 2002 — a partir do romance homónimo de Ferreira de Castro —, Um Tiro No Escuro, em 2005, e O Julgamento, de 2007. Em 2008 realizou o videoclipe de Rosa Branca, o primeiro single do álbum Terra, da fadista Mariza. Em 2009 apresentou A Arte de Roubar, que contou com atores portugueses, espanhóis e colombianos. Em 2004, Leonel Vieira criou a Stopleveline Films com produção regular para cinema, televisão e publicidade.

Alcançou o seu maior sucesso comercial com bem-humorado, remake “O Pátio das Cantigas” e “O Leão da Estrela” filmes com os maiores sucessos de bilheteria do cinema Português desde 2004.

Medalha de Mérito – Galandum Galundaina

Galandum Galundaina faz parte da genealogia de uma região com um património musical e etnográfico único, que durante muito tempo ficou esquecido. Ao longo dos últimos 20 anos o grupo contribuiu para o estudo, preservação e divulgação da identidade cultural das Terras de Miranda, Nordeste Transmontano.

O seu trabalho de investigação e recolha, junto de pessoas mais velhas com conhecimentos rigorosos do legado musical da região, a par da formação académica na área da música, concretizou-se num sentido renovado no modo de entender as sonoridades que desde sempre conheceram. Com a sua música não procuram criar novos significados, mas antes descrever os lugares e a vida; encontrar as raízes que permitem que a cultura se desenvolva.

Em palco os quatro elementos apresentam um repertório vocal e instrumental na herança do cancionero tradicional das Terras de Miranda, onde as harmonias vocais e o ritmo das percussões nos transportam para um universo

atemporal. Das memórias da Sanfona, da Gaita-de-foles Mirandesa, da Flauta pastoril, do Rabel, do Saltério, do Cântaro, do Pandeiro mirandês, do Bombo e da Caixa de Guerra do avô Ventura, nasce uma música que acumula referências, lugares, intensidades, tempos. Para Galandum Galundaina a música não se inventa; reencontra-se.-----

Os álbuns editados têm tido uma excelente apreciação pela crítica especializada. Em 2010 para além da atribuição do Prémio Megafone, o álbum Senhor Galandum foi reconhecido pelos jornais Público e Blitz como um dos dez melhores álbuns nacionais. Do seu roteiro fazem parte alguns dos mais importantes Festivais de World Music/Folk em Portugal, Espanha, França, Itália, Bélgica, Alemanha, Marrocos, Cuba, Cabo Verde, Brasil, México e Malásia.-----

Presidente da Câmara apresentamos esta proposta que foi discutida em reunião de Câmara. Foi um ponto em aberto para poder ser discutido entre os cinco e chegamos a esta proposta que trazemos aqui à Assembleia Municipal para aprovação. Os nomes e entidades que aqui trazemos são mirandeses de honra e de mérito.-----

A Banda Filarmónica de Miranda do Douro pelo grande trabalho cultural que tem realizado aos longo dos anos levando o nome de Miranda a vários locais de Portugal.-----

A Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro pelo trabalho social que tem feito ao longo destes anos e se tem destacado pelas suas funções em diferentes níveis.-----

O Juiz Luís Vaz das Neves um mirandês com um vasto historial numa instituição de relevo.-----

Para o nosso realizador Leonel Vieira uma medalha de Mérito, na área da cultura e que tem a ver com todo o trabalho que ele tem feito e que tem levado também o nome de Miranda do Douro a diferentes pontos do país e do mundo.

Galandum Galundaina cumprem este ano vinte anos e muito tem contribuído para a preservação, o estudo e a divulgação da música tradicional mirandesa levado também o nome de Miranda a toda a parte do mundo.-----

Aproveito para convidar todos os presentes para reunião extraordinária que iremos realizar no dia 10 de julho nos Paços do Concelho. Convido todos

os deputados, das diferentes bancadas, para ai invocarem a importância que o 10 de julho tem para cada um. Acho que as reuniões extraordinárias do 10 de julho servem para nos reunir, estarmos todos juntos, comemorar, honrar e homenagear os mirandeses e Miranda do Douro.-----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros:-----

Orlando Vaqueiro eu estou de acordo com o ponto e eu sou adepto preferencial de homenagens pré-postulem do que homenagens pro-postulem, neste caso as pessoas estão vivas, as instituições são meritórias, é mais que justo. Agora há outras pessoas e outras instituições tão representativas quanto as que aqui estão, ficarão para outros anos com certeza. Só queria dizer uma coisa, muito honestamente, eu acho que não deve haver reunião extraordinária da Assembleia Municipal para comemorar o 10 de julho, o dia da cidade. As reuniões sejam ordinárias, sejam extraordinárias têm que obedecer ao Regulamento da Assembleia tem que obedecer á lei, tem que obedecer a um conjunto de circunstâncias e de situações que não se compadecem com as comemorações do dia da cidade. O dia da cidade deve ser comemorado livre de qualquer assembleia extraordinária, é a minha opinião.-----

António Carção perguntou se vai ou não haver reunião extraordinária da Assembleia Municipal no dia 10 de julho.-----

A Presidente da Mesa temos aqui uma proposta do Sr. Presidente da Câmara para que haja uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal no dia 10 de julho. Eu não me pronunciei sobre isso mas a assembleia aqui presente deve se pronunciar sobre a mesma. Eu até estou de acordo, de certa forma, com o deputado Orlando Vaqueiro, mas havendo uma reunião extraordinária da Assembleia vai obrigar os senhores deputados a estarem presentes. Os que não estiverem presentes terão que justificar a sua ausência. Sendo o dia 10 de julho o dia da cidade entendo que todos nós devemos estar presentes nestas comemorações. Eu não sou mirandesa de nascimento mas optei por ser mirandesa por afectividade e por permanência. Acho que é nossa obrigação estarmos presentes nessas comemorações. Se entendermos que é mais importante haver uma reunião extraordinária da Assembleia com a finalidade da participação de todos, eu estou disponível para que isso aconteça.

Eu acho que temos aqui duas coisas aprovar. Uma é se deverá realizar-se reunião extraordinária com esta finalidade, visto que se trata de uma proposta do Executivo; outra é aprovar estes nomes propostos pelo executivo para nesse dia receberem atribuição destas insígnias.-

Presidente da Câmara são duas questões que eu foquei aqui. Por um lado aquilo que temos visto nos últimos anos, e a decisão foi tomada neste sentido, a maior parte dos deputados municipais não comparecia nesse dia e não comparece de facto nas comemorações do 10 de julho. Acho que é um dia que temos a obrigação, nos diferentes órgãos sem que estamos, sendo deputados ou sendo eleitos, temos a obrigação de estar presentes nas comemorações do 10 de julho. Eu foquei isso aqui várias vezes, está escrito em ata, lamentando a ausência de muito deputados, muitos presidentes de junta. Aquilo que nós achamos por bem, quando decidimos fazer a reunião extraordinária da Assembleia Municipal tem a ver exatamente não apenas o discurso do Presidente da Câmara ou do discurso do Presidente da Assembleia evocando o dia em representação, mas achamos por bem cada um dos senhores deputados deve ou deveria fazer uma intervenção relativamente à sua freguesia, ou relativamente ao concelho ou relativamente à cidade de Miranda do Douro. Achamos que cada um de vocês deveria ter esse pronunciamento para que a partir daí nós conseguíssemos compilar um conjunto de informação que cada um recolhia, refiro-me claramente aos senhores presidentes de junta, evocando aqui o concelho de Miranda do Douro, a importância da sua freguesia neste dia e evocando o seu papel de junta de freguesia num conceito de união de todo o concelho de Miranda do Douro. Mais uma vez venho aqui evocar Assembleia Municipal para que neste dia seja um dia grande, um dia de todos e não apenas de alguns, daqueles que lá vamos cumprindo uma missão que são as comemorações do 10 de julho. Nesse sentido eu peço á senhora Presidente da Assembleia, aos senhores deputados e aos senhores presidentes de junta que se marque esta reunião extraordinária. Não é por ser extraordinária mas é simplesmente porque eu acho que nesse dia todos nós devemos ter uma palavra de apreço ao concelho e às pessoas que representamos.-----

José Almendra eu concordo que haja uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal no dia 10 de julho. Muitas vezes critica-se o facto de fazer uma reunião extraordinária porque é mais uma despesa, é mais um gasto, não havia necessidade é sempre a politica a funcionar. Mas eu pergunto então gasta-se tanto dinheiro tao mal gasto, em tanta coisa, tanto nas freguesias como na cidade, como no resto. Dá-se a meia dúzia de pantomineiros para uma associação que não fazem nada, a meia dúzia de tocadores disto e daquilo e agora estamos com tantos problemas porque se faz uma Assembleia Municipal que somos nós os representantes do povo legitimamente eleitos e que estamos todos os dias a ser enxovalhados, atacados e estamos agora com problemas. Eu acho que sim no dia da cidade deve haver uma Assembleia Municipal. Não é a questão de receber o dinheiro mas no fundo temos direito a isso, não é que me faça falta mas temos que ter dignidade e mostrá-la de uma vez por todas.---

Alfredo Cameirão para dizer que sublinho as palavras do professor Almendra. Há quem faça Assembleias Municipais para sublinhar a importância do 25 de abril, do 10 de junho, eu acho que nós a termos que fazer Assembleia Municipal o 10 de julho é uma data excelente para o fazer. Não concordo com o Orlando quando se distancia disto. Mas concordo também que deve ser celebrado de outras formas, não só com a solenidade de uma Assembleia Municipal, que penso até estão previstas. Voltando um pouco atrás sobre as homenagens que estão previstas eu estou plenamente de acordo. Concordo com as palavras do Orlando. Deve-se homenagear as pessoas quando estão vivas. Os homenageados que estão propostos eu acho que são de inteira justiça. As instituições penso que são inquestionáveis. Sobre os três individuais eu queria só deixar-vos um ponto de reflexão. Os três nomes que estão propostos, o Dr. Luís das Neves, Os Galandum, o Leonel Vieira são nomes de dimensão nacional e internacional. Tomaram muitos concelhos da nossa dimensão, do interior, penso que não haverá muitos, poder só num ano normal poder homenagear três pessoas, um grupo da terra, que levam o nome da terra de Miranda, e tanto quanto sei e quanto conheço são gente que se orgulham bastante da terra de onde são e que fazem questão fazem gala de o dizer por onde passam. Portanto, acho que isso é uma sorte que nós temos poder

homenageá-los e aproveitar essa sorte mas “com toda a pujança e com toda a cagança” se me é permitida a expressão.-----

Orlando Vaqueiro obviamente tenho o maior respeito pelas opiniões de todas as pessoas só que a minha opinião é diferente. Eu entendo que os dias das cidades são comemorados por uma comissão organizadora. Essa comissão é que preside às comemorações e dentro do seu programa pode convocar o orador a, b, c para falar sobre isto, aquilo e o outro. Claro, estando no âmbito de uma Assembleia Municipal extraordinária a comissão está organizada por natureza se calhar facilita o trabalho, não tinha visto esse pormenor. Mas continuo a dizer que não é o centro próprio uma Assembleia Municipal extraordinária. Assembleia Municipal extraordinária obedece a uma métrica, obedece a um tempo de intervenção, obedece a um conjunto de circunstancialismos que não se compadecem com o espaço, com o tempo livre e com o à vontade que tem que se ter quando se fala no dia das comemorações de uma cidade.-----

Colocado a votação a proposta de Atribuição de Insígnias Honoríficas de Mérito no dia 10 de Julho Dia da Cidade de Miranda do Douro foi o mesmo aprovado e aclamado em pé por unanimidade e em minuta.

17. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

Sobre a informação prestada pelo Presidente da Câmara e enviada a todos os membros da Assembleia, não houve qualquer intervenção. -----

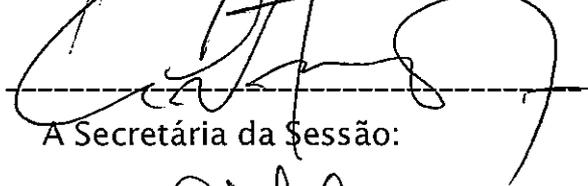
A Presidente da Mesa eu espero estar convosco no dia 10 de julho, o ano passado infelizmente não estive e este ano não sei embora neste momento me pareça que vou estar. Mas posso eventualmente por razões familiares e pessoais estar ausente. Espero que tudo corra pelo melhor. Espero que todas as pessoas possam manifestar o seu papel de cidadão e de mirandeses que muito me honra também pertencer a esta comunidade.-----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, agradeceu a presença e as palavras dos intervenientes, dando por concluída a sessão, eram 12.30 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal:

A Secretária da Sessão:

